

SUMÁRIO

DOUTRINA

Observaciones para un replanteamiento de la doctrina relativa a la relación jurídica tributaria desde una perspectiva de derecho comparado <i>Observations for a reformulation of the doctrine concerning the tax legal relationship from a comparative law perspective</i>	
PATRICIO MASBERNAT	17
A tributação dos ganhos do investidor-anjo nas <i>startups</i> (microempresas e empresas de pequeno porte) <i>Taxation over angel investor's gains in startups (micro and small enterprises)</i>	
THIAGO BARBOSA WANDERLEY	57
Sanção política em direito tributário: uma proposta de definição <i>Political sanction in tax law: a proposal for a definition</i>	
LEONARDO AVELAR DA FONTE	65
As relações jurídicas tributárias de trato continuado e o NCPC: limites objetivos da lide e da coisa julgada <i>The tax legal relations of continued treatment and the NCPC: objective limits of the lide and res judicata</i>	
JOSÉ EDUARDO SILVÉRIO RAMOS	89
Sobre a incidência de ITCMD sobre os planos PGBl e VGBL de previdência complementar. Algumas distinções necessárias <i>The Incidence of Estate Tax in Inheritance and Donations (ITCMD) on operations of PGBl/VGBL (complementary pension plans). Some necessary distinctions</i>	
DAYANA UHDRE	119
Perspectivas para a cobrança de créditos tributários no ordenamento jurídico brasileiro <i>Prospects for the collection of tax credits in Brazilian legal ordinance</i>	
ANDERSON RICARDO GOMES	139

Críticas à utilização do instituto da recuperação judicial para cobrança de créditos tributários

Criticals to the use of the institute of the judicial recovery (or court-supervised reorganization) for the collection of tax credits

CLÁUDIO TESSARI e EDUARDO AUGUSTO ALLEGRETTI..... 165

Companhias controladas estrangeiras: conteúdo jurídico da incidência do imposto de renda sobre lucros não distribuídos

Controlled foreign companies: legal content of the incidence of income tax on undistributed profits

RODRIGO MOREIRA DA SILVA 193

Base Erosion and Profit Shifting (BEPS): a legislação brasileira em face do Plano da OCDE

Base Erosion and Profit Shifting (BEPS): Brazilian legislation face to the OCDE Draft

REINALDO MARQUES DA SILVA 225

Impossibilidade da incidência do Imposto de Importação sobre a entrada de bens para consumo próprio

Impossibility of the incidence of the Import Tax on the ingress of goods for own consumption

THIAGO MONDO ZAPPELINI..... 243

A pena de perdimento aplicada à moeda e os poderes e limites da autoridade fiscal no controle de ingresso e saída de numerário em espécie no/do Território Nacional

The penalty of loss applied to the currency and the powers and limits of the tax authority in control of ingress/outflow of cash in/ from Brazil

RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR..... 261

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ICMS – Incidência sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras do serviço de telefonia – Admissibilidade – Plenário da Corte Suprema que assentou o entendimento de que o ICMS não incide sobre os serviços preparatórios aos de comunicação – Tarifa que constitui contraprestação ao serviço prestado pelas concessionárias de telefonia para que ocorra a comunicação entre o usuário e terceiro

Comentário por RAFAEL ROMERO BENTOS..... 289

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IPTU – Exigibilidade do ente expropriante – Inadmissibilidade – Débitos cujo fato gerador tributário ocorreu antes do ato de desapropriação pela União – Ato de aquisição originária da propriedade, uma vez que a transferência da propriedade opera-se pelo fato jurídico em si – Responsabilidade tributária prevista no art. 130 do CTN, ademais, que não se evidencia

Comentário por LUCAS GALVÃO DE BRITTO e SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO... 337

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PIS/COFINS – Inclusão do ICMS e do ISS na base de cálculo – Inadmissibilidade – Impostos que já estão embutidos no preço dos serviços praticados – Valor arrecadado a título de ICMS que não se incorpora ao patrimônio do contribuinte

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA – Créditos decorrentes do recolhimento indevido – Admissibilidade – Lei aplicável que será aquela vigente na data de encontro de créditos e débitos – Instituto que é cabível com débitos próprios, vencidos ou vincendos, desde que relativos a tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comentário por LUCAS GALVÃO DE BRITTO e JACQUELINE MAYER DA COSTA
UDE BRAZ 349

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA... 359